



5ª Reunião Comitê Gestor do Plano Diretor de Gov. Celso Ramos (22/06/23) online

Reunião iniciada com 10 membros, menos do que o quórum mínimo.

(11 membros 50%+1).

No decorrer se mantiveram os membros.

Houve possibilidade de deliberação na reunião.

Iniciando a reunião com o Secretário Fábio Grei Machado.

Arq. Fábio: boa noite a todos, aguardando mais um pouco para chegarem mais pessoas e iniciarmos a apresentação reunião. Será apresentado pelo pessoal da MPB. Iniciando com o Prof. Ângelo Arruda. Naim infelizmente não poderá participar.

1ª PARTE – LEITURA TÉCNICA.

Iniciando a apresentação com prof. Ângelo

Prof. Ângelo: A Leitura da cidade dividida em duas partes. Uma parte eu coordenei tecnicamente e a outra, a comunitária, foi coordenada pelo pessoal da MPB. Isso durante as 5 oficinas que foram realizadas recentemente.

O que traremos a luz do planejamento urbano, é apresentar os dados que foram levantados em todas as fontes disponíveis dentro da prefeitura de GCR, do governo do estado de SC, de empresas públicas, da Granfpolis, além do verificado nos relatórios elaborados pela FECAM. Buscamos fontes também baseados no trabalho anterior desenvolvidos pela Granfpolis (projeto de Plano Diretor anterior do ano de 2014).

Tudo isso que será apresentado foi desenvolvido a partir da contratação da empresa MPB engenharia, que se responsabilizou pela consultoria e pelo suporte ao processo de revisão do Plano Diretor de GCR.

Hoje não vamos discutir ideias e propostas, para o futuro Plano Diretor participativo, apenas vamos apresentar quem é Governador Celso Ramos, por meio de alguns slides estratégicos e por meio do relatório que foi elaborado a partir das oficinas comunitárias.

Essa leitura é obrigatória, e necessária e serve para anteciparmos a discussão das ideias sobre ajustes, modificações, novas propostas, novos olhares que a equipe técnica da prefeitura e da MPB, o comitê gestor e a sociedade de GCR vão passar a ter desde já.

Temos um sumário detalhado onde foram abordados todos os aspectos relacionados ao município.

É importante registrar uma ideia de que também faremos um enxugamento dessa leitura técnica, e este novo documento será publicado como uma espécie de perfil socioeconômico da cidade de GCR. Este é um documento essencial para a academia,



universidades, escolas, para o setor empresarial, turístico, comercial, e ficará disponível no site da prefeitura para todos baixarem gratuitamente em PDF.

No documento, todos os itens foram avaliados, e envolveram temáticas de: educação, saúde, clima, relevo, demografia, biologia, socioeconomia, Infraestrutura, urbanismo. O documento foi encerrado com aspectos legais da legislação existente e projetos pretendidos para a cidade no momento.

Inicialmente apresentando os indicadores disponíveis de GCR, localizados no estado.

Estamos na posição 1.291 em relação aos 5.570 municípios brasileiros, e temos nas Obrigações do Desenvolvimento Sustentável (ODS) pouca coisa para comemorar.

Essas cores aí colocadas, vermelha, amarela e alaranjada, são cores do regular para o ruim. Não temos nenhuma luz verde dentro das ODS, e isso por si só já é um dado importante que deverá ser trabalhado dentro do projeto de revisão do PD.

No mapa, vemos o papel de destaque que a cidade de Florianópolis possui, e que influência pesadamente a sua microrregião. Como exemplo do mapa aqui demonstrado a capital em conjunto com sua microrregião, a qual GCR está inclusa, estende sua abrangência e área de influência até o extremo oeste de SC, até o vale do Itajaí, até o Sul e inclusive ao norte do RS. Nisto temos como iniciar uma discussão, sobre qual é o papel de GCR dentro do turismo da região metropolitana da grande Florianópolis. O Turismo que é um dos pilares do desenvolvimento do município.

Estamos completando 60 anos de emancipação com aproximadamente 17.000 habitantes, na posição 94 em relação aos 295 municípios de SC. Somos os 8º no quesito população dentro dos 17 municípios da grande Florianópolis.

Conforme novos dados do município, disponibilizados pelo IBGE, cada domicílio em média com 3,15 pessoas. A família média não é mais o casal e 2 filhos (4 pessoas).

Isso é importante para estimarmos a futura população que a cidade terá.

O município tem um pote de ouro verde, o conjunto central de montanhas. O mapa de hipsometria é fundamental para determinar o mapa de ocupação do município. Sabemos pelo levantamento aéreo que a cota mais alta de GCR é 626 m, o que torna o município um dos que tem o cume de topo de morro dos mais altos da região metropolitana.

Foram identificadas áreas com risco de escorregamento, deslizamento, em várias regiões do município. São áreas com grande inclinação onde os terrenos são suscetíveis de riscos com movimentação de massa. Portanto também são elementos que vão traduzir a vontade de preservar, de tomar cuidado com esses espaços sendo demarcados no Plano Diretor.



Também temos as áreas baixas, os levantamentos nos mostram os locais de alagamentos dentro do território. Locais situados principalmente na entrada principal de GCR, e em toda a região de Areais, com os rios. Essas, são áreas que necessitam de previsibilidade de drenagem e de macrodrenagem para os futuros projetos de parcelamento, e de infraestrutura.

Temos um mapa com a distribuição de todos os serviços públicos e de lazer. Há uma forma de identificarmos deficit de equipamentos públicos na cidade, quando pegamos, por exemplo, uma escola primária e fazemos um raio no entorno dela de aproximadamente 500 m, e na edificação de saúde fazemos um raio em seu entorno de aproximadamente 800 m. Se esses dois círculos começam a se juntar é porque o território está bem coberto. Essa é a distância regulamentada pelos ministérios da saúde e da educação para uma criança, por exemplo, sair a pé e se dirigir a um equipamento público. Outro fator determinante, para esse deslocamento e localização dos equipamentos públicos, é o de a cidade estar assentada em volta de um conjunto de montanhas, com uma ocupação linear. Algum local ou outro ainda está um pouco descoberto, mas no geral o município atende esses raios de afastamento muito bem. A qualidade do serviço pode ser questionada, mas a localização das estruturas está muito próxima do ideal. Temos tudo registrado a hora da abertura, do fechamento e os tipos de serviços prestados.

Não há os bairros de GCR declarados em lei. Há nomes para todas as regiões, porém sem estarem registrados junto ao IBGE, e para isso precisa haver um decreto regulamentando e demarcando espacialmente tudo isso. Foi proposto um ajuste das subdivisões dos bairros, para ser apresentado numa próxima etapa. Esta proposta foi elaborada pela administração pública, onde os 15 bairros existentes se ajustam em 18, e esta demarcação servirá para fins de planejamento e de registro no IBGE. Com isso, nos recenseamentos que serão desenvolvidos nos próximos anos, os dados saíram detalhadamente por bairro. Essa ação colabora com o planejamento futuro da cidade.

Densidade e população são o calcanhar de Aquiles de GCR. Os teóricos do planejamento urbano afirmam que uma cidade tem boa qualidade de vida quando em média há 80 habitantes morando por hectare. O Canto dos Ganchos tem 16 hab. por hectare e Ganchos com 11 hab. por hectare. Precisaremos adensar populacionalmente os Ganchos para que esta região tenha um melhor uso dos serviços públicos e da infraestrutura que está disponível. Mas ao mesmo tempo, temos locais onde o grande adensamento não será permitido, por exemplo onde está a Área de Proteção Ambiental de Anhatomirin (APA) na Costeira da Armação. A densidade de GCR é um dos itens que deve ser colocado em foco na discussão. Palmas por exemplo não chega a 10 hab. por hectare. Diversas fontes nos orientam a trabalhar a boa cidade com 60 a 80 hab. por hectare. Podemos pegar alguns locais da cidade para pensar isso de forma a melhorar as condições de urbanização. Os números de Palmas são baixos devido a vocação turística, em que ocorre a ocupação apenas na temporada. Não se mora em



Palmas como um todo. Há um pedaço mais antigo do bairro de Palmas onde as pessoas lá realmente moram, porém, o adensamento é muito pequeno ao dividir essa população por todo o território do bairro.

Uma raridade no país, o município apresenta uma parte de seu território marítimo. Essa área é somada à sua porção territorial, o que também traz algumas distorções quando colocado o percentual de população em relação ao espaço físico ocupado.

Apenas 12% do território está urbanizado mesmo com o crescimento da população a partir dos últimos 40 anos. Não há previsão de dobrar a população para os próximos 20 anos. Não podemos descuidar do território que está aí.

Conseguimos separar como é utilizado o solo do município. A maior parte é composta de espaço verde, com vegetação de todo o tipo. Há também campos alagáveis. Poucos locais remanescentes de agricultura. No mapa, usos juntos em mosaico, apresentando áreas de praia e de corpos de água (córregos, rios), e áreas urbanizadas (Lotes ocupados, vazios, ruas, infraestrutura), constituindo os 747 hectares ocupados com urbanização.

Separamos isso, quem é quem no mosaico. Temos 52% do território constituído de vegetação. Incluído nativas e exóticas. O maciço central de montanhas ainda é bastante intacto quanto a preservação do verde. A área urbanizada representa 7,86% do território em 2021.

Desse 1985, a evolução da mancha urbanizada até chegarmos aos dias atuais. Em 1985 tínhamos 144 hectares, em 1990 tínhamos 238 hectares (houve 65% de aumento). Entre 2015 e 2020 é dado um salto de quase 30% de aumento. Muito loteamento aprovado, muito empreendimento com habite-se, todos fizeram a área urbana chegara aos 747 hectares.

Identicamente apresenta-se o objeto lote gleba. 490 hectares com lotes ocupados e 812 hectares com glebas ocupadas. Glebas ocupadas são grandes áreas de terra que podem ter uma edificação em 4 hectares por exemplo. Isso significa dizer que temos um adensamento bem pequeno, de menos de 10 hab. por hectares no município como um todo. Para o ano de 2022 temos 2.371 novos lotes registrados, porém vazios, além de quase 2000 lotes que estão em processo de aprovação dentro da prefeitura. A pergunta é: quando tiver 3 pessoas por lote nesses quatro mil e poucos lotes gerados nos próximos anos, vamos duplicar a população ou estes lotes serão urbanizados para finalidades quase que totalmente turísticas, e com baixo índice de ocupação e com alto índice de infraestrutura (transporte, mobilidade, sistema viário, água, energia), tudo isso disponível para uma cidade vazia. Essa é uma equação que precisamos resolver no planejamento.

Temos boa estrutura de saneamento quanto ao abastecimento de água, no entanto é



péssima a de coleta de esgoto. Isso é um grande problema. Não pode só ser resolvidos com o plano diretor, mas sim com um conjunto gigantesco de ações e articulações, passando pela necessidade dos empreendimentos novos terem sistema próprio de tratamento, e passando pelos loteadores que não levem a água tratada para o local onde não podem. E ao mesmo tempo pensar na conservação ambiental para que esta água que abastece o município continue sendo de boa qualidade.

Temos uma boa coleta de lixo distribuída espacialmente nos bairros e atendida em vários dias da semana.

Temos um processo de consumo e de unidades consumidoras do sistema elétrico em expansão, de acordo com o crescimento da economia e população.

Temos um sistema de mobilidade ancorado na antiga SC-210, que agora têm nomes diferentes em vários trechos. A última imagem da ortofoto do Google Earth já mostra entroncamento do contorno rodoviário com a BR-101 dentro do território de GCR, quase limite com o município de Tijucas. Esse anel que deve brevemente ser inaugurado, muito provavelmente vai mudar o sistema de transporte ao longo da BR-101. É possível que no trecho em frente ao município haja um esvaziamento do transporte pesado e haja um aumento do transporte individual. Essa testada frontal do município de aproximadamente 7 km é também um pote de ouro dentro do urbanismo futuro.

A economia do município tem lugares definidos, para o turismo, para a pesca, para a logística, sendo todos esses pontos distribuídos no território do município, as vezes específicos de algumas localidades e bairros.

Temos uma lei do uso do solo atual que pretendemos atualizar, modificar, diminuir, enfim, é um objeto de nosso trabalho.

Tivemos recentemente em 2021 quatro ou cinco leis que alteraram os limites do zoneamento. Então temos uma borda que foi criada que está circundando o conjunto central de montanhas.

Temos em mãos um trabalho técnico de muito vulto, dando mais de 500 páginas, podendo reduzir para 200 para virar o perfil socioeconômico do município. As pessoas que visitam GCR que querem investir, morar, empreender, elas precisam saber onde estão pisando. Os dados do município estão soltos. Nosso trabalho foi juntar tudo neste documento. Ao ser juntado este documento é um diagnóstico, e que naturalmente aponta para um prognóstico. O prognóstico, que é a próxima fase de nosso trabalho. A partir da finalização dos seminários, começamos a penúltima fase do trabalho que é exatamente a de prognóstico e diretrizes para que a última fase seja a de elaboração da minuta do projeto de lei do ordenamento do uso do parcelamento e do Plano diretor.



Agora entrego a palavra aos membros do comitê.

Palavra dos membros comitê:

Diogo: Slide que mostra os itens das ODS na cidade, pode esclarecer melhor?

Ângelo: A ONU elaborou os itens para o desenvolvimento sustentável em 17 ODS e seus indicadores. Eles são levantados e disponibilizados pelo poder público como um todo, e então é feito um trabalho de semaforização. Temos a obrigação ambiental, de saúde, de educação, de água, de articulação comunitária, enfim, vários itens organizados pela ONU. Quando o trabalho está em vermelho a simbologia aponta que há grandes desafios. Quando está alaranjado há desafios significativos e quando está em amarelo indica que há desafios. Quando está em verde, a ODS foi atingida, ou seja, indica alguns indicadores que foram feitos por terceiros e que o levantamento mostra como tudo está. O que temos aqui é um resumo. No documento maior, em PDF com 500 páginas, temos isso detalhado com maior clareza.

Guido: duas coisas, primeira se vamos ter este relatório em mãos, uma cópia completa para poder avaliar? Segunda, falaram que a área urbanizada cresceu 30% entre 2015 e 2020, mas quando mencionada a quantidade de população por hectare, foi embasada em dados de 2010. Hoje, em reunião o IBGE apresentou que de 2010 para cá o município cresceu a população em 25%, ou seja, uns 2% ao ano. Agora o problema é o seguinte, essa organização de 30%, eu concordo, o grande desenvolvimento de Palmas, de Praia Grande e de Areias, foi na verdade de 2010 para cá. Temos uma informação fora do tempo e que não concorda com esta área urbanizada. Isso teremos que ajustar quando os dados do IBGE atuais forem juntados na documentação. Se não trabalharmos sobre uma base desatualizada e não mais real. O município cresceu muito nos últimos 8 anos.

Ângelo: Guido, você está com informação privilegiada vinda de uma reunião recente com o IBGE. No entanto, esta reunião preliminar do IBGE ainda não contempla todos os dados. Conforme informado pelo órgão, os dados devem oficialmente vir agora no dia 28 de junho. Vamos fazer estes ajustes assim que possível. Agora os dados de urbanização são os dados do **Mapbiomas** que um site é oficial, que conseguimos, e estão disponíveis para todos. O mapa da população por bairro é que é de 2010, o mapa da população total é que é de 2022, então perceba que tem um *gap* da população detalhada por bairro e da população total. Entretanto em 2010 quando foi feito o censo demográfico a população de GCR era 12.999 e hoje está em 17.000. Portanto ela cresceu 35%. Em 12 anos.

Guido: O problema que temos é muito sério. Principalmente em praia Grande e



Palmas, porque quando chega a temporada, que na verdade cada vez é mais longa no tempo, nós passamos de uma população x para uma população 20x. hoje o prefeito falou em 80.000 pessoas que chegam na temporada. Os desafios que temos não passam somente pela população permanente. Também temos que ter serviços importantes para proteger a nossa diversidade ambiental, para preservar a qualidade das águas e ter serviço para toda a população, inclusive preservando essas áreas que vão ser superlotadas quando chegar a temporada de turismo.

Ângelo: exatamente Guido. Muito obrigado pela sua contribuição e informação, como não somos órgão público, a MPB é uma empresa privada, então vamos receber a informação a partir da Prefeitura. Na hora que a informação chegar do IBGE, vamos obtê-la e com o máximo rigor científico, vamos atualizar o material todo que vai nos servir.

Helen: ia fazer considerações parecidas as do Guido. Gostaria de ter na íntegra todas as páginas e não um resumo como foi falado. Queria entender porque enxugar a documentação técnica se foi um trabalho árduo feito por vocês. A outra questão é quanto aos dados do IBGE, se temos um Censo atualizado, por que não o usar? Essas informações têm que ser atualizadas antes de seguirem em frente, fundamentado o restante do trabalho.

Ângelo: os dois trabalhos juntos têm 500 páginas. Vocês vão receber este trabalho completo sim, através da prefeitura. Vamos entregar também uma síntese a parte, para facilitar a interpretação do trabalho. O trabalho é muito profundo e significativo, e vocês vão ficar muito informados para tomar decisões lá na frente.

Cadenas: Guido e Helen já abordaram o que ia falar. Por ter participado do desenvolvimento de vários planos diretores, quero parabenizar toda a equipe por terem produzido este relatório e este que vamos receber de 500 páginas. Imagino a quantidade de informações. Gostei muito da apresentação pois contém parâmetros técnicos para a avaliação que precisa ser feita. O prof. Ângelo falou que o município é uma joia, e estamos recebendo outra joia que teremos que saber analisar muito bem. Para isso, alerta inclusive o comitê gestor, que teremos que nos organizar para termos mais reuniões para entrarmos numa análise dessas 500 páginas. Não é fácil fazer uma análise de um documento tão grande. Precisamos nos organizar para fazer isso da melhor maneira possível sem prejudicar o andamento do trabalho.

Ângelo: Obrigado Cadenas. Agrademos em nome da equipe técnica. Sugiro que todos os membros do comitê gestor se dividam em grupos e leiam o trabalho em capítulos. Assim serão mais rápidas as leituras e percepções do trabalho desenvolvido. Ao observarem pontualmente os assuntos, posteriormente os membros do comitê gestor poderão fazer suas sugestões e apontamentos. Esse é um exercício para o futuro, o que é que vocês sugerirão para o trabalho de diretrizes para o futuro. Talvez essa leitura



compartimentada seja uma boa ideia.

Helen: em relação a um dos mapas do zoneamento. Queria saber qual foi a base de dados que vocês pegaram, foi do GEOMAIS? Foi de um mapa que vocês já tinham? Dá onde vocês pegaram essas informações.

Fábian: está no site da prefeitura, é o mapa que está em vigor, baseado no plano diretor de 96 e nas leis modificadas que atualizaram alguns dos zoneamentos da cidade.

2ª PARTE – LEITURA COMUNITÁRIA

Iniciando a apresentação com a Camila da MPB.

Camila: A leitura comunitária foi registrada no relatório e sua explicação inicia apontando tudo o que foi feito já no índice. Temos então desenvolvido: Comunicação e mobilização social, Reunião de abertura, Comitê Gestor, Formulários online, Oficinas comunitárias, Levantamento de dados, Reuniões setoriais algumas feitas antes de retomar o processo das oficinas comunitárias, Síntese das informações da leitura comunitária e de mapa temático.

Ressaltando uma questão que o prof. Ângelo já trouxe da leitura da cidade. É uma orientação de que se faça uma leitura técnica e uma leitura comunitária tentando priorizar, que se usem ferramentas e instrumentos para garantir a participação popular na leitura do território para o planejamento do futuro.

Apresentamos isso nas oficinas comunitárias também, que tem essa parte mais técnica e participativa que é a leitura comunitária (oficinas, reuniões, formulários online para a participação de todos). Então sistematizamos essas reuniões e neste momento apresentamos os dados do que foi coletado a partir da pesquisa técnica e leitura comunitária informando os diagnósticos desse seminário. E a partir daí vamos para prognósticos, propostas, diretrizes e minutas de lei para o plano diretor.

Então em relação a comunicação e mobilização social foram feitas várias atividades para tentar mobilizar as comunidades, e durante o processo fomos percebendo e aprimorando coisas ao longo do caminho, no transcorrer das oficinas comunitárias. Atuamos no site e Instagram da prefeitura, promovemos carros de som, artes gráficas, cartazes e além disso via WhatsApp.

Criamos uma identidade visual para a revisão do plano diretor. Temos os registros dos sites da prefeitura, do Instagram, de faixas colocadas, e através da resposta de e-mails quanto dúvidas vieram por esta modalidade. Todas as questões foram avaliadas com o arq. Fábian e a prefeitura, e todas foram respondidas.



Em relação as oficinas comunitárias:

Explicamos também como foram feitas as oficinas comunitárias apoiadas pelos novos membros do comitê gestor, à medida que as pessoas se ofereciam para exercer esta função.

Usamos a metodologia de dividir em pequenos grupos o público presente nas oficinas. Grupos foram divididos por comunidades, bairros e respondendo as questões do que mais gostavam e o que precisa melhorar na cidade. Depois para todo o público presente, cada grupo menor trazia o que tinha sido debatido no seu grupo.

A divisão das oficinas foi proposta pela prefeitura, e envolveu 5 agrupamentos de comunidades.

Espacializamos no mapa de participação das oficinas comunitárias:

1º Areias do Meio, Jordão, Dona Lucinda – 42 pessoas

2ª Areias de Baixo, Caeira do Norte, Praia do Antenor, Costeira da Armação – 34 pessoas

3ª Fazenda da Armação, Armação da Piedade, Praia Grande e Camboa – 58 pessoas

4º Palmas – 88 pessoas

5º Ganchos do Meio, Calheiros, Canto dos Ganchos – 33 pessoas

Essas foram as oficinas e a quantidade de participantes em cada uma. Registros fotográficos das oficinas e da reunião de abertura também estão presentes no relatório.

A partir de uma série de oficinas, levantamos uma série de dados, e fizemos o tratamento destes.

Partimos das categorias e eixos do que fala o guia de elaboração revisão de planos diretores do ministério de desenvolvimento regional. Temos os eixos temáticos, que são 5:

1 – Meio ambiente recursos hídricos e saneamento.

2 – Desenvolvimento social, vida em comunidade.

3 – Economia urbana, rural, desenvolvimento econômico e competitividade.

4 – Ordenamento territorial e planejamento regional.

5 – Mobilidade (sistema viário, transporte, trânsito e tráfego e logística).



Esses eixos são abertos também em categorias:

- 1 – Saneamento ambiental, qualidade urbana e ambiental e meio ambiente.
- 2 – Equipamentos públicos, habitação, segurança urbana e patrimônio cultural.
- 3 – Desenvolvimento Rural sustentável, turismo, grandes projetos de impacto, desenvolvimento econômico e financiamento do desenvolvimento urbano.
- 4 – Expansão urbana, dinâmica imobiliária, Uso do Solo, Áreas de Risco e Gestão democrática e participação popular.
- 5 – Mobilidade e transportes.

É muito importante entender isso, não fomos nós que criamos, essas normativas e eixos foram criadas pelo Governo Federal através do Ministério das Cidades e pegamos estas categorias para fazer o tratamento dos dados.

Como resultados das oficinas pegamos tudo que foi discutido e planilhamos. Tudo o que foi debatido nas oficinas está aí considerado.

Como resultado do que mais gosta, fizemos duas formas de tratamento através do gráfico pizza e da nuvem de palavras.

As 3 primeiras categorias foram:

- 1 – Meio ambiente – 41%
- 2 – Qualidade urbana e ambiental – 21%
- 3 – Equipamento público – 8,73%

Na nuvem de palavras corroboramos os mesmos resultados a partir de palavras correlacionadas como, por exemplo, para meio ambiente: natureza, preservada, verde...

No total tivemos 255 participantes e planilhamos não só o que foi falado nos grupos, mas também preenchido nos formulários individuais que foram disponibilizados durante as oficinas.

Por essa razão levou algum tempo, para pegar o material, tratá-lo e organizar tudo isso para colocar em planilha e expor em gráficos.



Como resultado do que precisa melhorar, também fizemos duas formas de tratamento através do gráfico pizza e da nuvem de palavras. A Nuvem de palavras também corrobora com o gráfico.

O que precisa melhorar:

As três categorias mais faladas

1º saneamento ambiental – 32%

2º mobilidade e transporte – 21%

3º equipamentos públicos

Fora as oficinas comunitárias, tivemos também o formulário online que foi disponibilizado no site da prefeitura através de QRCODE pelo período de 2 meses. Este formulário online ficou disponível para o acesso da população para tentar garantir a participação das pessoas que não foram nas oficinas, seja porque não puderam ir, ou que não souberam do evento.

Mas da maneira online também foram feitas as mesmas perguntas. Tivemos 195 formulários preenchidos, e as respostas foram parecidas com as que foram apresentadas nas oficinas comunitárias.

As classificações foram as mesmas para o primeiro e segundo lugar:

1 – Meio Ambiente – 45%

2 – Qualidade urbana e ambiental

3 – Segurança Urbana

Tudo foi registrado conforme o que foi dito nas oficinas, fizemos um verdadeiro retrato. Aqui estão em percentuais tudo o que as pessoas falaram.

O que precisa melhorar:

1 – Saneamento ambiental – 47,45%



2 – Mobilidade e transporte

3 – Equipamentos públicos

É um diagnóstico muito parecido em relação as oficinas e aos formulários online.

Além disso, houve as reuniões setoriais. Conversamos com setores estratégicos determinados pela prefeitura, maricultura, pesca e turismo. São os temas considerados mais sensíveis.

Foi realizada então a síntese das informações das leituras comunitárias, levando em consideração os eixos temáticos. Juntamos o que foi falado nos formulários e oficinas. Como exemplos vamos apontar alguns dos itens que foram mencionados dentro dos eixos temáticos. Lembrando o apontamento em todos os eixos está registrado no relatório que estará brevemente disponível para todos. Aqui apenas alguns itens descritos:

O que mais gosta na cidade:

Eixo temático Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento:

- . Natureza
- . Mar
- . Montanhas e contraste entre o verde das matas e o azul do mar.

Eixo temático Desenvolvimento Social, Vida em Comunidade:

- . Hospitalidade
- . Receptividade do povo
- . Segurança e tranquilidade
- . Preservação dos costumes locais e da pesca tradicional.



O que você acha que precisa melhorar:

Eixo temático, Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento:

- . Baixo índice da cobertura da rede de esgoto
- . Disponibilizar locais para instalação de ETE
- . Ampliar a capacidade da ETE de Palmas
- . Melhoria no abastecimento de água e drenagem urbana
- . Fiscalizar as ETE dos empreendimentos
- . Manter/recuperar a certificação da bandeira Azul
- . Acesso aos balneários sem comprometer a restinga
- . Controle das espécies exóticas (pinus e eucalipto).

Eixo temático Desenvolvimento Social, Vida em comunidade:

- . Falta de praças, quadras de esportes, espaços de lazer e cultura do município.
- . Criação de hospital/UPA 24hs
- . Implementação de cemitério municipal e casa mortuária
- . Monitoramento por câmeras em pontos estratégicos.
- . Fiscalização do turismo embarcado (áreas de fundeio e limite do som).

Estamos falando o que foi exposto pela comunidade e através dos formulários. Eventualmente vão haver distorções. Tentamos no mapa temático espacializar o que foi possível. Agora passamos a palavra aos membros do comitê gestor.

Palavra dos membros comitê:

Guido: todos estão observando com muita preocupação o problema do esgoto, do saneamento e a perda da bandeira azul, tudo isso faz parte justamente do PD. Porque o



crescimento é importante, mas devemos evitar o inchaço. Temos que fornecer um projeto de PD para daqui aos próximos 10 anos, que permita a sustentabilidade e que o município possa recuperar a qualidade de preservação que tinha até alguns anos atrás. Então, seria muito importante poder contar com essa informação da poluição no mar, para complementar todas as pesquisas que foram feitas. Temos visto o aumento da poluição de nosso mar em todos os pontos de coleta.

Helen: em relação a balneabilidade, são informações importantes e relevantes para vermos. Antes havia boa balneabilidade. O adensamento e a ocupação do solo foram aumentando. Conseguimos esta informação através do site do IMA/SC. Vocês consultaram legislações ambientais, enfim, isso precisa estar muito claro.

Ângelo: realizamos pesquisas em todos os locais e órgãos para apresentar este documento para vocês. Do ponto de vista ambiental e urbanístico, onde cabe 500 mil, não cabe 2 milhões. Isso acontece exatamente na sazonalidade, quando temos os 2 milhões onde há 500 mil, alguma coisa vai estourar. Por isso é importante ordenar para evitar essas questões. Se temos um município que é turístico, que só tem 18.000 habitantes mas têm prédios suficientes para morar 35.000 pessoas, mas só mora a metade por que é sazonal. Então, como é que eu produzo água, comida para 40.000 pessoas em 4 meses? Até as vezes o dobro de pessoas, dependendo do momento econômico. Esse olhar não é apenas do Plano Diretor. O Plano Diretor é insuficiente para pensar tudo isso, ele é um produto importante, mas teremos que conversar outras vezes para ver outros meios e formas para resolver esses e outros problemas, que são de mobilidade, acessibilidade, abastecimento, lixo. A questão do sequestro de carbono que deve começar a vigorar, também é algo a ser considerado. Temos 3.500 hectares de montanhas verdes, GCR certamente será um fornecedor de crédito de carbono se souber usar isso muito bem. São olhares diferentes. Se ficarmos apenas sobre questão de água suja do mar, e se vai esgoto na drenagem e se os prédios estão sendo bem construídos, isso é insuficiente para controlar o desenvolvimento, pois na outra ponta temos uma comunidade que precisa de emprego e renda para trabalhar e sobreviver, e que torce para ter 100.000 pessoas na temporada para poder vender marmitta no verão. Esse é um ponto de equilíbrio muito sério que o PD precisa prever. Há uma sintonia do que o diagnóstico técnico apresenta e do que a leitura comunitária observou. Seja na oficina, seja no questionário, seja no site, há um pensamento convergente, e isso é muito bom. Há um pensamento crítico convergente. Agora vamos pegar as ferramentas do planejamento urbano e trabalhar. Quando digo plano diretor quero me referir a lei de uso do solo, de ordenamento e ocupação do solo, e a lei do parcelamento do solo, ou seja, são leis que convergem num planejamento urbano e ditam normas do desenvolvimento da cidade.

Helen: como foram feitas as subdivisões das respostas que mais apareceram? Foi feita uma síntese, ou se foi falado em algum ponto específico? Então vamos colocar aqui,



uma pessoa falou, um grupo falou, ou mais pessoas falaram?

Camila: foram duas coisas o que mais pessoas falaram e tudo o que foi trazido. Tudo que foi trazido foi condensado e houve uma aproximação de ideias.

Carolina: os dados foram trabalhados para uma leitura da cidade. Nos mapas as manchas foram retratadas conforme as opiniões gerais da população. Não estamos fazendo um plano diretor separado por visão de cada uma comunidade, o olhar técnico deve ser abrangente e considerar a opinião de todos.

Helen: por mais que o plano seja da cidade, cada região tem sua particularidade, então até para a questão do plano diretor vai ter áreas que tem um zoneamento diferente do outro, de outra comunidade. Esse olhar pela comunidade em si também é importante, embora estamos tratando de GCR como um todo.

Camila: concordamos com isso, discussões realizadas por região, porém partimos do micro para o macro para poder compor o plano levando em consideração todo o território

Helen: Nas manchas que vocês colocaram nos mapas da região da Armação, não lembro por exemplo de no grupo onde participei, que representava esta localidade, de termos falado dos itens que vocês apontaram.

Camila: As conclusões das informações não vieram somente dos grupos das oficinas, vieram dos formulários, da internet, enfim as argumentações do diagnóstico vieram de locais diversos. Teve grupo que falou de maneira mais geral, mais em outros partiu-se para detalhes mais pontuais da cidade. Eram vários grupos tratando do mesmo bairro em alguns momentos. Em outros dias, noutros bairros foi comentado de outros bairros por exemplo.

Ângelo: legal você puxar a discussão, mas a MPB está trazendo um slide que representa uma infinidade de documentos que foram coletados em todas as oficinas. Você está discordando da presença ou ausência de um dado que talvez você considere muito importante, porém na oficina que você participou ninguém falou desse assunto. Houve 3 formas de coletar as informações, a oficina foi uma delas, o site foi outra e o formulário outra. Então tudo foi compilado e mostramos especialmente aquilo que é possível. Entretanto, podemos não espacializar e ficar apenas nas questões que são muito boas e aquelas que precisam ser alteradas exatamente para não dar essa confusão. A nossa intenção não é dividir, e sim é trazer a maior quantidade de sugestões que sirvam para um Plano Diretor. O Plano Diretor não é Deus, e não vai resolver todos os problemas do município de GCR. O PD tem restrições de aplicabilidade e tem obrigações legais e constitucionais. Eu li e vocês leram, outorga onerosa, acabar com ela. Não se pode acabar com a outorga onerosa, ela é uma obrigação do município criar e cobrar. Isso está no artigo 44 do estatuto da cidade. Se o



município não cobra a outorga onerosa o prefeito vai preso. A pouco tempo atrás, a lei da outorga foi validada através de audiência pública inclusive. Independentemente do que gostamos ou não, há obrigações constitucionais e legais. O município via PD não vai resolver o problema de esgoto, quem resolve isso é o plano de saneamento. O PD vai dizer que precisa priorizar nos projetos urbanísticos, para fins de focar o assunto indiretamente, mas não vai resolver o problema de esgoto diretamente. Isso compete ao plano específico de saneamento, as políticas públicas, à concessionária responsável, etc. Temos os formulários de todas as oficinas, podemos disponibilizá-los todos para o comitê gestor, porém é um grande volume de documentação, em que colocamos 5 profissionais da empresa só para sistematizar em quase 40 dias de trabalho tudo isso.

Helen: entendemos isso, mas acho que o nome mapa temático comunitário esteja falando em cada ponto por comunidade. Sugiro retirar o nome comunitário. Entendi, foi só um questionamento para tentar entender esse mapa apresentado. Sobre essa sugestão de ter anexado os formulários, é o Plano Diretor, é um documento oficial, necessita ter histórico e as informações precisam estar em algum local. Nada mais adequado que estar no documento comunitário onde foram feitas todas as oficinas para termos uma rastreabilidade de todas essas informações. É mais para isso. Muito obrigado.

Guido: posso pedir que passem para o grupo de WhatsApp os planos que tem a hipsômetria, hidrografia e também os pontos de risco de deslizamento?

Arq. Fábio: assim que terminar a reunião vamos passar o material.

Virgínea: fiquei preocupada pois a impressão que tivemos com as palavras do prof. Ângelo, dá a entender de que não temos muito o que fazer, a não ser aceitar o que a prefeitura decidir, ainda mais pensando que as informações que vieram da comunidade, vieram com muita dificuldade. Para ter esse trabalho para trabalhar e ser ouvidos, a grande presença era do CMDU, de pessoas que participaram o tempo todo ativamente, se colocando, falando. O CMDU é diretamente ligado a prefeitura. Fico questionando o que estamos fazendo dentro do comitê gestor, o que podemos fazer? É isso.

Arq. Fábio: gostaria de deixar claro que o CMDU é uma entidade neutra, tem participantes da comunidade e também do poder público. É parecido com o comitê gestor, no entanto tem poucas pessoas participando. Todo ano abrimos para participantes, mas poucas associações e pessoas se interessam. Basta ser representante de alguma associação ou comunidade indicado de maneira oficial. A questão do conselho gestor é diferente, as pessoas passam a fazer parte do grupo à medida que iam se oferecendo para isso, no andar das reuniões. Para o CMDU é diferente, tem que ser indicado de alguma associação profissional, ou de comunidade ou de algum seguimento com representatividade no município de GCR como associação dos pescadores dentre outros.



Diogo: estou no CMDU há quase 3 anos representando a associação de moradores da Caeira do Norte. Por diversas vezes entramos em embates, mas essa é uma participação voluntária como é aqui no comitê gestor do PD. Infelizmente temos poucas pessoas e associações interessadas em participar.

Ângelo: a participação de vocês do conselho gestor do PD é voluntária, espontânea, importante, necessária e obrigatória. O comitê gestor é um objeto da participação democrática da revisão do PD, e só. O comitê não tem outra função que não seja essa. Já o CMDU é um organismo permanente da sociedade e do poder público de discutir tudo quanto são as questões urbanas de GCR, que não são apenas o PD. É claro que o PD é uma matéria quente, mas lá no CMDU se discute obrigatoriamente outros assuntos que não sejam só o PD. Essa é uma questão que é importante a gente colocar. O decreto que criou o comitê gestor, ele deu início e fim para o comitê. Quando o projeto de lei for para a câmara de vereadores o comitê gestor se dissolve, pois ele não tem mais nenhum papel. Vai ter uma fase de revisão do PD que será entregue o projeto para o CMDU e a partir daí este comitê se dissolve. O comitê, que está aqui formado por pessoas que se disponibilizaram a participar nas oficinas, a quem a MPB agradece imensamente, pois vocês colaboraram no processo com sugestões e opiniões, sendo muito importante para a validade de todo o processo. E por último, estamos na fase de apresentar os problemas, nem começamos ainda a discutir soluções. Então desejo que percamos mais tempo para discutir soluções avaliando aquilo que vocês já sabem que são os problemas da cidade. O relatório simplesmente deu transparência, consolidou aquilo que está acontecendo sendo tecnicamente inegável. Não há como mexer nos dados técnicos e socialmente demonstrados através das ferramentas que foram apresentadas pela Camila. Não estamos na fase de concordar ou discordar do relatório, pois ele é fruto de um trabalho técnico e comunitário. Quando lá na frente tivermos possibilidades de dar sugestões para o PD, as faremos. Quem está no comitê gestor tem papel privilegiado em relação a comunidade como um todo. Vocês representam 17.000 pessoas na cidade. Seu trabalho é relevante, importantíssimo. Cada um de vocês deve receber uma honraria da prefeitura ao final desse trabalho, inclusive para vocês guardarem como uma recordação cívica. Os comitês gestores são mecanismos que acompanham o processo e tem o privilégio de verificar a documentação antes de toda a população. Todos vocês do comitê gestor podem divulgar essas informações em suas comunidades. Ao final da reunião Fábio vai enviar a cópia do trabalho para vocês todos baixarem e irem lendo o material. O documento técnico apenas mostra o que a cidade é, e a forma como as pessoas se posicionaram.

Kátia: o que vimos foi um retrato da cidade. Não podemos pensar que este documento está trabalhando contra a gente. Se for assim não conseguiremos nada. O poder público é para onde vão convergir todas as informações, e eles é quem vão dizer se isso vai vigorar ou não. Este documento vai ajudar a buscar as necessidades da comunidade. Qualquer cidade no país inteiro segue metodologia parecida com essa. É de



responsabilidade legal da prefeitura fazer o plano diretor. É necessária a participação comunitária, mas isso é uma contribuição, ao final isso chega a câmara dos vereadores e se posicionarmos contrários ficará complicado para o andar do processo. A intenção é a de unirmos para contribuir.

Diogo: não podemos negar a política, até porque o que estamos fazendo aqui é um ato político, e estamos representando a maior parcela da comunidade e com eles nós temos que dialogar buscando as melhores decisões para a cidade. O prof. Ângelo mencionou sobre a necessidade de criar mais densidade na cidade. Isso é algo polêmico, mas necessário. Muitos dos aqui presentes no comitê já conquistaram seu cantinho no paraíso, e agora não querem mais ninguém aqui na cidade. Mas de fato temos que pensar no desenvolvimento sustentável. Há vários locais, que por falta de ocupação nesta cidade, são inviáveis economicamente, não sustentam uma lanchonete por falta de população. Temos que ter humildade durante o processo de revisão do PD para enxergar o próximo, ver as potencialidades e deficiências para juntos construirmos algo relevante e duradouro para cidade.

Fabian: vamos disponibilizar assim que terminar a reuniões e os dois relatórios. Naim não pode participar pois está numa reunião com o prefeito até agora. Agradeço a vocês todos e contamos com a participação de vocês nos seminários.

Ângelo. Não coloquem muita expectativa nos dados do IBGE. Podem não vir muitas das informações técnicas esperadas, além dos números populacionais. Tendo as informações, vamos tentar atualizar o que for possível, afinal trata-se de um trabalho de 500 páginas. Temos um prazo para isso.

Helen: poderia haver uma discussão mais ampla. Me preocupa acelerar demasiado o processo.

Camila: haverá espaço para a troca, no momento adequado para isso, que é a etapa das propostas. Não estamos acelerando o processo. Estamos atrasados. Estamos tentando cumprir com o cronograma para votar essa mudança ainda dentro deste ano. Para ano que vem, por conta do período eleitoral, ficará prejudicado o andamento da revisão do plano diretor. Apenas estamos tentando evitar isso.

Ângelo: A etapa da proposta é a mais importante de todas. Terá tempo para todos darem ideias para então compilarmos para a proposta que vem da comunidade, do comitê gestor, da população em geral, dos técnicos e da política. Não se esqueçam pessoal, vai passar obrigatoriamente pela política, pelo aval do prefeito e da câmara de vereadores. Feito tudo isso surge um documento que vai para as audiências públicas, que deve apontar o que vai acontecer para o futuro. E por fim, a minuta do projeto de lei que vai ser entregue à câmara de vereadores e ao CMDU.

Camila: apresentadas as datas, das novas reuniões, vamos divulgar através do site da



prefeitura, no Instagram, através de carros de som, cartazes nas escolas e contamos com o apoio de vocês nos grupos de WhatsApp e diretamente nas comunidades. É importante convocar as autoridades através de convite e por e-mail. As apresentações dos seminários devem seguir o padrão que foi adotado aqui nesta apresentação para o comitê gestor. Deve haver coffebreak, espaço para a manifestação das pessoas, enfim, essa resumidamente é nossa proposta de trabalho.

Arq. Fabian: já enviamos o material ali no grupo. Os espaços para as reuniões públicas serão os melhores possíveis. Muito obrigado pela atenção. De nossa parte a reunião está encerrada.

Camila: Gostaríamos de agradecer a participação de todos. Boa noite.

Assinaturas e registros de presença por imagens.

I – Fábio Grei Machado	VI – Josué Ocker da Silva
II – Kátia Costa	VII – Hellen Cechinel
III – Javier Guido Gonzales	VIII – Noeli da Silva Filha Martins
IV – Diogo D’Vila	IX – Maria Aparecida Moraes
V – Virgínia Leal	X – Luiz Alberto Cadenas



Mapa Temático Comunitário

**PLANO DIRETOR
GOVERNADOR CELSO RAMOS**

**MPB
Engenharia**

Javier Guido Gonz...

Luis Cadenas (Con...

Camila Stähelin

Caroline Machado...

Fábian Grei Mach...